

Relatório do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco - GACG

Grupo criado através da Deliberação CBHSF nº 61 de 17 de novembro de 2011

Composição do Grupo

Wagner Soares Costa – *Indicado pela CCR Alto São Francisco*
Coordenador

Júlio César Rocha Mota – *Indicado pela CCR Médio São Francisco*

Artemízio Cardoso de Resende – *Indicado pela CCR Baixo São Francisco*

Luiz Alberto Rodrigues Dourado – *Indicado pela Diretoria Executiva do CBHSF*

Aguardando indicação da CCR Submédio São Francisco

Sumário

1 - Fundamentação Legal para desenvolvimento das ações do GACG	2
2 - Descrição das competências do GACG.....	2
3 - Agenda de trabalhos do GACG em 2013.....	2
4 - Metodologia de trabalho	2
5 - Desenvolvimento	3
5.1 - Análise do Relatório da CACG da ANA	3
5.2 - Demais Análises	8
5.2.1- Avaliação do PAP - Plano de Aplicação Plurianual 2013/2015	8
5.2.2 - Projetos	8
5.2.3 - Sistema de controle financeiro interno da AGB Peixe Vivo	9
5.2.4 - Despesas 92,5 % e 7,5%	9
5.2.5 - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica.....	11
6 - Considerações Finais.....	11
7 - Anexo Único - Ata da Reunião do GACG do dia 30/04/2013	12

1 - Fundamentação Legal para desenvolvimento das ações do GACG

- Deliberação Nº 61 de 17 de novembro de 2011 do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que “Dispõe sobre a composição e as competências do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão da Entidade Delegatária AGB Peixe Vivo no âmbito do CBHSF e dá outras providências”.

2 - Descrição das competências do GACG

- I. *Acompanhar física e financeiramente a execução do Contrato de Gestão e avaliar a performance da AGB Peixe Vivo tendo como referência o atendimento das ações prioritizadas no Plano decenal da Bacia;*
- II. *Propor revisões e aperfeiçoamento no Contrato de Gestão, com vistas a estabelecer novas estratégias para otimizar as ações propostas no respectivo Programa de Trabalho;*
- III. *Subsidiar a Entidade Delegatária AGB Peixe Vivo sobre a elaboração do Plano de Aplicação, a ser encaminhado para aprovação do CBHSF;*
- IV. *Emitir Parecer referente ao Relatório Conclusivo elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão;*
- V. *Elaborar Relatório Anual do seu trabalho.*

3 - Agenda de trabalhos do GACG em 2013

- Reunião realizada no dia 30 de abril de 2013;
- Acompanhamento da visita da Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão da Agência Nacional de Águas - ANA, a ser realizada em Junho de 2013;
- Previsão de reunião para Julho de 2013;
- Acompanhamento da visita da Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão da Agência Nacional de Águas - ANA, a ser realizada em Outubro de 2013.

4 - Metodologia de trabalho

O trabalho do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do CBHSF foi desenvolvido a partir da reunião realizada no dia 30 de abril de 2013 em que as discussões travadas se pautaram pela análise do Relatório de Avaliação - Exercício 2012, do Contrato de Gestão Nº

014/ANA/2010, elaborado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão da ANA. Como também a discussão dos relatórios elaborados pela AGB Peixe Vivo enviados à ANA que são o Relatório de Gestão 2012 e Relatório de Acompanhamento do Plano de Aplicação 2012, além de analisar as demonstrações do controle físico-financeiro dos recursos da cobrança (2012).

A pauta foi previamente definida e encaminhada no dia 11 de abril de 2013. A reunião durou aproximadamente quatro horas.

5 - Desenvolvimento

Este Relatório deve ser apresentado, de acordo com Parágrafo Único da Deliberação nº 61 do CBHSF, previamente a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos - CTPPP do comitê. Após análise da referida Câmara, o Relatório será apresentado à Plenária do CBHSF.

5.1 - Análise do Relatório da CACG da ANA

O Relatório de Avaliação do CACG/ANA inicia com a identificação da Entidade Delegatária, do Contrato de Gestão, Relatório de Gestão e da Comissão de Avaliação. O GACG explorou principalmente o item de Análise comparativa entre metas e resultados, analisando as observações, considerações e recomendações, aportando ainda o entendimento suplementar de suporte ao CBHSF.

INDICADOR 1 - Disponibilização de Informações

Critério de Avaliação 1A - Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do comitê.

Análise da CACG/ANA

A Entidade Delegatária alcançou parcialmente a meta proposta.

Comentário 1: em relação ao item 6 do indicador 1A (Cadastro de Usuários), o Plano de Trabalho do Contrato de Gestão prevê a “relação dos usuários da bacia do rio São Francisco em cobrança pela ANA e pelos órgãos gestores estaduais”. Não foram encontradas, entretanto, informações cadastrais relativas aos usuários-pagantes em rios de domínio do estado de Minas Gerais;

Comentário 2: embora o relatório apresentado pela Entidade Delegatária possua links (URLs) comprovando a disponibilização de documentos, conforme recomendado por esta Comissão, entendemos que o princípio básico que rege esse indicador consiste em divulgar amplamente e conferir transparência para os trabalhos desenvolvidos pela

Entidade Delegatária e pelo comitê da bacia. Nesse sentido, embora a informação esteja disponibilizada na página da internet do CBH São Francisco, recomendamos que essas informações sejam permanentemente organizadas no site de forma a serem encontradas com a maior facilidade possível para o efetivo acesso da população em geral, conforme prevê a lei de informação voltada para transparência pública.

Análise do GACG/CBHSF

O GACG entende que as reivindicações feitas pela CACG/ANA serão levadas em consideração por parte da AGB Peixe Vivo visando o cumprimento total do indicador em questão. A agência já atendeu as recomendações da CACG/ANA referentes aos Comentários.

Recomendação 1: propõe que as notícias geradas do CBHSF e da bacia sejam encaminhadas aos jornais de circulação regionais da bacia, a fim de ampliar a divulgação.

Recomendação 2: que a AGB Peixe Vivo, faça uma descrição sucinta do conteúdo de cada link referenciado, para facilitar e evitar possíveis equívocos de acesso.

INDICADOR 2 - Planejamento e Gestão

Critério de Avaliação 2A - Plano de Aplicação Plurianual 2013 - 2015

Análise da CACG/ANA

A Entidade Delegatária alcançou a meta proposta.

Análise do GACG/CBHSF

Como descrito no Relatório do CACG/ANA, o GACG entende que AGB Peixe Vivo alcançou integralmente a meta proposta.

INDICADOR 3 - Cobrança pelo uso dos recursos hídricos

Critério de Avaliação 3A - Índice de desembolso anual

Análise da CACG/ANA

A Entidade Delegatária alcançou a meta proposta.

Comentário 1: a meta estabelecida para este sub-indicador foi de 10% de desembolso anual (exercício 2012). O valor alcançado foi de 36%, valor este que excede em muito a meta projetada para 2014;

Recomendação 1: diante desse resultado e da perspectiva de aumento do desembolso associada à implementação do Plano de Aplicação Plurianual, recomendamos que quando do término desse Contrato de Gestão e da assinatura do próximo, as metas do Plano de Trabalho sejam revistas considerando os patamares alcançados na prática ao longo do atual contrato de gestão, assim como em função da experiência acumulada com os demais contratos de gestão;

Recomendação 2: tendo em vista a recorrente dificuldade e significativa diferença no modo de apresentar esse resultado dentre as Entidades Delegatárias, recomendamos que a CACG adote já a partir da prestação de contas Exercício 2013 uma planilha-padrão para que as Entidades Delegatárias em geral apresentem os respectivos resultados relativos a este indicador.

Análise do GACG/CBHSF

O GACG considera, conforme o parecer da ANA que a agência alcançou a meta proposta. O GACG pela análise realizada entende que a superação da meta proposta ocorreu após a recomposição das diversas instancias do CBHSF que tornou possível a realização de um trabalho efetivo no encaminhamento à AGBPV das diretrizes e definição de procedimentos. A partir deste momento foi possível elaborar e aprovar a Deliberação CBHSF nº 66/2011, que dispõe sobre mecanismos para a seleção de projetos a serem beneficiados com os recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito do CBHSF, detalhado no Plano de Aplicação, para execução em 2012. Nela ficaram definidos os mecanismos e critérios para seleção de projetos e obras, em que se detalharam os percentuais de aplicação entre as ações. Posteriormente foi aprovada a Deliberação nº 72/2012 do comitê que também dispõe sobre os mecanismos de seleção de projetos, porém detalhado no PAP para execução em 2013 e 2015.

Recomendação 1: que a AGB Peixe Vivo trabalhe junto as CCRs orientando-as em relação a elaboração dos projetos e critérios prioritários definidos na DN nº 72/2012 do comitê, muitas das vezes incompreendidos e não considerados por falta de conhecimento acerca dos procedimentos. Esclarecer e orientar os membros a respeito do que são as demandas espontâneas, demandas induzidas, processos de avaliação e demandas elegíveis;

Recomendação 2: que a AGB Peixe Vivo faça um comparativo entre o acompanhamento dos Contratos de Gestão das entidades delegatárias a fim de analisar o desempenho da agência em relação ao sistema;

Recomendação 3: proposição de um índice de alavancagem do recursos aplicado, com a intenção de induzir o atendimento dos compromissos contidos na Carta de Petrolina.

INDICADOR 4 - Operacionalização da Cobrança

Critério de Avaliação 4A - Atendimento ao usuário em cobrança

Análise da CACG/ANA

A Entidade Delegatária alcançou a meta proposta.

Recomendação 1: propõe-se a implantação de um sistema de monitoramento das informações registradas nos contatos com os usuários. A análise dos dados rastreados poderá ser uma ferramenta a mais para facilitar a tomada de decisões em relação aos problemas enfrentados na bacia;

Recomendação 2: recomendamos à CACG o aperfeiçoamento dos procedimentos de apuração quanto ao alcance dessa meta. Nesse sentido propomos a elaboração de um relatório sucinto e único, contendo a discriminação mensal do seguinte conteúdo mínimo: data da ligação, identificação da pessoa/instituição que ligou, telefone/endereço eletrônico e assunto tratado. Sem essas informações básicas a apuração dessa meta ficaria fragilizada, assim como a justificativa para a manutenção da própria meta. A análise dos dados rastreados nos contatos com os usuários poderá facilitar também a tomada de decisões em relação aos problemas enfrentados pela bacia.

Análise do GACG/CBHSF

O GACG considera, conforme o parecer da ANA, que a agência alcançou a meta proposta e reitera as recomendações da Comissão de Avaliação em se estabelecer um sistema de monitoramento das informações registradas nos contatos com os usuários.

INDICADOR 5 - Reconhecimento Social

Critério de Avaliação 5A - Avaliação da Entidade Delegatária pelos membros do Comitê

Análise da CACG/ANA

A Entidade Delegatária alcançou a meta proposta.

Comentário 1: a meta estabelecida foi 9 e o valor apurado mediante a nota atribuída pelos membros do comitê da bacia situou-se em 9 onde, aplicando-se o procedimento de apuração do resultado resultou na nota 10;

Comentário 2: considera-se que esse indicador seja um instrumento de grande importância para aferir o desempenho de parte do sistema de gestão da bacia, no caso, da Entidade Delegatária pelo Comitê da Bacia. Entretanto, em que pese os relevantes avanços registrados nos últimos anos na metodologia utilizada para aferir o

chamado “reconhecimento social”, exortamos a CACG no sentido de aperfeiçoar continuamente essa metodologia. Em especial, seria importante aumentar a quantidade de membros do comitê que respondem ao questionário e, também, estimular respostas qualitativas dos membros do comitê de modo a fornecer insumos mais objetivos de modo a contribuir com o aperfeiçoamento da Entidade Delegatária;

Recomendação 1: a elevada importância dessa meta enseja um peso maior do que o estimulado no Plano de Trabalho. Neste sentido, recomendamos que quando da assinatura do próximo Contrato de Gestão, o peso desse indicador seja revisto de modo a melhor refletir a relevância do mesmo para o sistema de gestão da bacia;

Recomendação 2: recomendamos, ainda, que seja estabelecida para todas as Entidades Delegatárias, a necessidade de apresentação de um número mínimo de questionários respondidos, que garanta a validade da amostra. Como sugestão, esse percentual mínimo deveria considerar o número de membros de cada CBH, assim como as representações existentes;

Recomendação 3: recomendamos à CACG, no sentido de aperfeiçoar esta meta, a elaboração de um estudo de benchmarking sobre formas de avaliação participativa de instituições. Este estudo poderá ensejar a implementação de um instrumento menos fragilizado e que possa gerar dados consistentes para a tomada de decisões estratégicas para os entes envolvidos no contrato de gestão. Como parte desse processo, poderia ser organizado um workshop com a presença de membros dos Comitês de Bacia em cobrança, das Entidades Delegatárias e dos Órgãos Gestores que tenham operacionalizado a cobrança.

Análise do GACG/CBHSF

O GACG considera, conforme o parecer da ANA, que a agência alcançou a meta proposta e reitera suas recomendações. O Grupo de Acompanhamento adverte que se este indicador passar para um peso maior, o questionário deverá ser reformulado. Este questionário para avaliação da satisfação dos membros do comitê tem perguntas mal elaboradas que dão margem a interpretações equivocadas por parte dos membros do comitê. O questionário prescinde de objetividade, posto que redunde em respostas incompatíveis, perdendo-se o objetivo, dissociando-se da mensuração pretendida.

A partir dos dados obtidos pelo questionário aplicado, constatou-se uma falta de conhecimento dos processos relacionados, principalmente com relação às funções e papel exercido pela AGB Peixe Vivo no suporte ao CBHSF. No universo de 50 questionários aplicados, cerca de 80% dos titulares e 20% de suplentes, só 30 foram devolvidos. Dos 83% perguntados somente 17% disseram que conhecem as competências da Entidade Delegatária. O mesmo pode-se deduzir no que se refere ao conhecimento das finalidades do comitê.

Recomendação 1: reformulação do questionário, por parte da ANA, para melhorar a objetividade das perguntas;

Recomendação 2: sugere que a AGB Peixe Vivo, apresente em Reunião Plenária do CBHSF, a importância do preenchimento do questionário. Informar aos membros do comitê sobre quantos receberam os questionários e quantos responderam por segmento;

Recomendação 3: que a AGB Peixe Vivo repasse de forma contínua, sistemática e permanente, informações e conhecimentos necessários aos membros do CBHSF, aportando o Plano de Comunicação. Que haja esclarecimentos sobre o Regimento Interno, papel da agência de águas, Contrato de Gestão e demais processos relacionados ao CBHSF.

5.2 - Demais Análises

5.2.1- Avaliação do PAP - Plano de Aplicação Plurianual 2013/2015

A leitura do PAP, por ainda estar no início de sua aplicação não permitiu maiores observações, a não ser que as aplicações estão sendo fiéis ao programado. Há que se observar como ponto positivo que a AGBPV adotou como sistemática anotar em cada nota fiscal a que rubrica do PAP se refere a despesa paga, facilitando o controle dos gastos por rubrica.

Recomendação 1: O GACG, sugere à DIREC que estabeleça quais os itens que gostariam de dar ênfase no PAP e que continue dando espaço para a agência em suas reuniões;

Recomendação 2: que a AGB Peixe Vivo, quando for apresentar o andamento do PAP, inclua uma linha em cada rubrica com o valor executado.

5.2.2 - Projetos

No ano de 2012 não houve muita execução dos projetos, mas houve a escolha e licitação dos mesmos. O gasto se iniciou no terceiro trimestre de 2012 e continua em 2013.

A primeira família de projetos, que correspondem a 22 projetos, foi aprovada na plenária de Bom Jesus da Lapa em novembro de 2011. Esta primeira família está em execução. A segunda

família demandou 24 projetos. No PAP, para a rubrica de projetos hidroambientais, tem disponíveis 6 milhões e já foi gasto 1 milhão e meio.

No Plano de Aplicação de 2011 havia disponível 5 milhões e 400 mil, que não foram gastos totalmente pois não havia os projetos, considerando que os critérios foram aprovados apenas em novembro de 2011. Estes projetos foram desenvolvidos em 2012. Já em 2012, havia disponível 17 milhões e meio para os projetos hidroambientais. A situação vivida pelo CBHSF, como mudança de presidência, vice-presidência, dentre outras questões, influenciaram a dinâmica da contratação. Neste ano de 2013 tem a totalidade dos 22 projetos licitados e serão elaborados mais 24 projetos. Após o projeto pronto, o produto volta as CCRs para aprovação.

Recomendação 1: sugere a DIREC que dê uma oportunidade ao CBH Rio das Velhas, que também tem a cobrança, para apresentar seus projetos, em consonância com o plano da bacia e o plano do CBHSF;

5.2.3 - Sistema de controle financeiro interno da AGB Peixe Vivo

O GACG teve acesso ao controle financeiro interno adotado pela AGB Peixe Vivo e julgou objetivo e transparente na medida em que proporciona identificar a despesa com o fato gerador e o devido pagamento. A Diretora de Administração e Finanças informou que foi adquirido um software, que irá substituir o sistema em Excel, que irá certamente aprimorar a gestão financeira.

5.2.4 - Despesas 92,5 % e 7,5%

As despesas referentes ao 7,5% são folhas de pagamento, auditorias independentes, internet, telefonia, contas de energia, dentre outras despesas de custeio administrativo. Já os 92,5%, são as despesas do comitê, para suporte às reuniões como os valores de investimentos nos projetos. De acordo com o Ofício ANA nº 57/2012 houve a orientação que diversos investimentos, fossem alocados como despesas de custeio (7,5%). Até o ano passado o custeio dos escritórios das CCR era contabilizado nos 92,5%, após orientação da ANA, estas despesas foram transferidas para os 7,5%. A questão das despesas será alinhada junto a ANA, que irá propor duas resoluções, uma para deixar claro o que é o custeio administrativo e outra para as despesas finalísticas.

Em 2012, as despesas consideradas de custeio da AGB Peixe Vivo e do Comitê foram de quatro milhões de reais, momento este de estruturação dos escritórios e do Comitê. As ações de investimento na bacia também foram em torno de quatro milhões. O valor arrecadado em 2012 foi de R\$ 20.620.137,04 (vinte milhões, seiscentos e vinte mil, cento e trinta e sete reais e quatro centavos), enquanto que o valor gasto no mesmo período foi de R\$ 8.060.331,76 (oito milhões, sessenta mil, trezentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos).

Em 2013 a agência recebeu 1 milhão e 800 mil, sendo que 1 milhão e 200 mil foi o dinheiro aportado pela ANA e apenas a diferença foi referente a cobrança.

A agência opera com vinte funcionários e quatro estagiários, em que 14 destes funcionários estão alocados no Contrato de Gestão ANA. O gasto com a folha de pagamento correspondeu a 50% da rubrica dos 7,5%. Cotejando as limitações impostas por lei ao poder público (limitação de até 65%) com pagamento de pessoal, verificou-se que a AGB Peixe Vivo obteve uma boa avaliação neste contexto.

Recomendação 1: a ANA transfere a AGB Peixe Vivo todas as receitas provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos da bacia hidrográfica do Rio São Francisco e adicionalmente repassa à agência o montante de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) no exercício de 2010, 2011, 2012 e 2013. Este recurso é uma obrigação contratual, conforme Cláusula Quarta do Contrato de Gestão – Dos Recursos Orçamentários e Financeiros que é distribuído da seguinte forma: R\$ 600.000,00 em 2010; R\$ 1.200.000,00 em 2011; R\$ 1.200.000,00 em 2012 e R\$ 600.000,00 em 2013. Este financiamento é destinado a para o custeio administrativo da AGB Peixe Vivo, execução do Plano de Aplicação Plurianual e cumprimento do Programa de Trabalho do Contrato. Recomenda-se que o recurso financeiro aportado pela ANA anualmente para custeio administrativo da agência continue para os próximos exercícios, caso contrário, os valores dos Preços Públicos Unitários – PPU deverão ser revisados, pois os 7,5% dos recursos arrecadados da cobrança atualmente, não serão suficientes para sustentar a AGB Peixe Vivo, fato que comprometerá o funcionamento do CBHSF.

Recomendação 2: sugere que seja colocado nos próximos relatórios financeiros da AGB PEIXE Vivo a quantidade de usuários pagantes, o grau de inadimplência e qual o volume consumido e captado dos pagantes em relação ao volume geral.

Recomendação 3: caberá ao CBHSF instar à ANA para que seja resolvida a questão das rubricas, não só para evitar insegurança jurídica, como também a provável inviabilização do funcionamento do CBHSF.

5.2.5 - Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica

A Lei Federal Nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, que corresponde a 6% sobre o valor da energia gerada que as concessionárias e empresas autorizadas a produzir energia por geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. Os valores e os repasses estão definidos na legislação da Compensação Financeira, ou seja, é a Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos do Setor Hidrelétrico, (exceto PCHs) em que 0,75% do valor da energia gerada é destinado ao MMA/ANA, especificamente para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, incluindo-se os comitês. Este não tem recebido o valor correspondente devido.

Recomendação 1: pautar esta questão em plenária do Comitê e protocolar requisição formal acerca do repasse correspondente aos 0,75% que o comitê tem direito de receber acerca da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos pelo setor elétrico, caso a ANA se envolva contra a Política Nacional de Recursos Hídricos, inviabilizando o funcionamento do comitê.

6 - Considerações Finais

Considerando as avaliações feitas, balizadas a partir dos delineamentos estabelecidos no Plano de Trabalho do Contrato de Gestão nº 014/ANA/2010, conclui-se que a Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo - AGB Peixe Vivo cumpriu com conceito **ÓTIMO**.

O Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, entende que é necessário ampliar as obrigações deste grupo definidas na DN 61/2011 do CBHSF. A análise realizada pelo GACG/CBHSF deve deixar de ser pontual e passar para um âmbito mais global e efetivo. Analisar os relatórios da ANA e da AGB Peixe Vivo é

insuficiente, há necessidade de uma contribuição maior por parte deste grupo. Deve-se apurar se o comitê está avançando nos indicadores econômicos, sociais e ambientais.

Neste sentido, o GACG/CBHSF propõe um reestudo das obrigações deste grupo visando um prolongamento das competências, para dar suporte adicional ao CBHSF, por meio de sugestões, recomendações, além dos devidos encaminhamentos que devem ser feitos à CTPPP. Propõe ainda que as CCRs, Grupo de Trabalho, Câmaras Técnicas, e Diretoria do comitê façam um relatório de atividade anual para que o GACG/CBHSF possa avaliar o andamento dos processos e verificar o que efetivamente estas instâncias contribuíram para o comitê, e a aderências destas atividades desenvolvidas ao Plano da Bacia.

O Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, solicita espaço na plenária do comitê para apresentar este Relatório.

7 - Anexo Único - Ata da Reunião do GACG do dia 30/04/2013

Aos 30 dias do mês de abril de 2013, as 9h00min, reuniu-se o Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco - GACG, na sede da AGB Peixe Vivo, situada à Rua dos Carijós, 166, 5º andar, Centro - Belo Horizonte/MG. **Participaram os seguintes conselheiros:** Luiz Alberto Rodrigues Dourado, indicação da Diretoria Executiva do CBHSF; Wagner Soares Costa, FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais, indicação da CCR Alto São Francisco; Artemízio Cardoso de Resende, CREA - Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, indicação da CCR Baixo São Francisco e Júlio César Rocha Mota, EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento, indicação CCR Médio São Francisco. **Participaram também:** Ana Cristina da Silveira, Anny Caixeta, Alberto Simon, André Rodrigues e Berenice Coutinho - AGB Peixe Vivo e José Maciel Nunes de Oliveira, secretário do CBHSF. Reuniram-se para discutirem os seguintes itens de pauta: 1. Abertura; 2. Verificação de quórum e informes sobre a pauta; 3. Informações do Secretário do CBHSF; 4. Apresentação dos relatórios elaborados pela AGB Peixe Vivo enviados à ANA: Relatório de Gestão 2012 e Relatório de Acompanhamento do Plano de Aplicação 2012; 5. Apresentação e discussão do Relatório final da CACG - Avaliação dos Contratos de Gestão; 6. Demonstração do controle físico-financeiro dos recursos da cobrança (2012) - AGB Peixe Vivo; 7. Informes Gerais; 8. Encerramento. O coordenador do GACG, Sr. Wagner Soares verifica o quórum e abre a reunião informando que a Sra. Patrícia Boson não é mais conselheira do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco e do GACG. Na sequência, o Sr. José Maciel explica que de acordo com a Deliberação nº 61 do CBHSF, que dispõe sobre a composição e competências do GACG, a DIREX indica um representante para compor o Grupo. A Sra. Patrícia Boson era indicada pela DIREX, com sua saída, o Sr. Luiz Dourado foi designado. Informa que está aguardando a indicação da CCR Submédio, que anteriormente era representada pela Sra. Maria das Dores. Na sequência, o Sr. Wagner Soares, faz a leitura das competências do Grupo de Acompanhamento. Registra que o último relatório do GACG sofreu críticas da Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos - CTPPP. Estas críticas foram respondidas, mas não sabe se foram aceitas ou não. Com a palavra, o Sr. Alberto Simon, que participou da reunião da CTPPP para avaliação dos relatórios, informa que a principal crítica foi referente ao formato do relatório, que não parecia um relatório e sim uma ata de reunião. O secretário do CBHSF reforça que a crítica foi referente ao formato e que para os

próximos relatórios pode-se trabalhar em cima do relatório final da ANA. Na sequência, o Sr. Artemízio Resende diz que o GACG poderia ter temas mais amplos para se analisar. O Sr. Wagner Soares lembra que o grupo deve analisar o Relatório de Avaliação exercício 2012 encaminhado pela ANA, em que o GACG deve pronunciar se concorda com o mesmo, ou discorda, colocando sempre sugestões de melhora. Deve-se acompanhar o PAP - Plano de Aplicação Plurianual 2013-2015, verificar se as ações relacionadas foram executadas e sugerir alterações de rubricas, caso necessário. Solicita que nas próximas reuniões do GACG a AGB Peixe Vivo apresente o relatório avaliado pelo Conselho Fiscal da agência, a fim de dar ciência do que está acontecendo com o gasto do recurso. Na oportunidade, o Sr. Luiz Dourado fala que o relatório a ser encaminhado para CTPPP deve seguir o que diz no parágrafo único da Deliberação nº 61 do CBHSF, com destaques para os pontos positivos e negativos. O Sr. Wagner Soares, passa a palavra para o Sr. José Maciel que informa sobre o processo de mobilização para renovação dos membros do CBHSF. Diz que já foram realizados alguns encontros regionais, que tem como objetivo a divulgação das funções e competências do CBHSF. Foram contratados dezesseis mobilizadores que irão esclarecer dúvidas a população em relação ao processo eleitoral. Fala que todas as informações estão disponíveis no site do CBHSF e pede o apoio de todos na divulgação do processo. Ainda com a palavra, informa que serão realizadas Oficinas para discutir os Usos Múltiplos das Águas da bacia e dar a oportunidade de ouvir os diferentes usos para começar a trabalhar na revisão do plano da bacia. Na sequência o Sr. Júlio Mota diz que o grupo deve trabalhar de maneira mais global, em que a análise da bacia deve ser efetiva, não só análise de questões pontuais. Ainda com a palavra, diz que só analisar o relatório da ANA e AGB Peixe Vivo é muito pouco, tem que haver uma contribuição maior do GACG. Informa que iria sugerir que as CCR, Grupos de Trabalho, Câmaras Técnicas e Diretoria do comitê fizessem um relatório de atividades anual para que o GACG pudesse avaliar o andamento dos processos e verificar no que efetivamente estas instâncias contribuíram para o comitê. Deve-se verificar a aderência das atividades desenvolvidas ao plano da bacia. Lembra-se da Carta de Petrolina, que é uma promessa de investimento e pergunta como está este processo, o que já foi feito até o momento, quais são os indicadores que têm para análise do avanço e melhora da bacia. Fala que o GACG deve averiguar se o comitê está avançando nos indicadores econômicos, sociais, ambientais, dentre outros. É necessária uma ação junto aos novos prefeitos da bacia. Diz sobre a redução da vazão de Sobradinho, em que não se deve apenas ir contra, e sim estudar uma solução e apresentar à CHESF, pergunta ainda sobre a questão das despesas do 7,5% e 92,5%. Na sequência, o Sr. Artemízio Cardoso reitera a fala do Sr. Júlio Mota e diz que deve haver um reestudo das obrigações do Grupo de Acompanhamento. Com a palavra, o Sr. Wagner Soares fala que este grupo foi instituído para acompanhar a execução do Contrato de Gestão, e que a Deliberação nº 61 dispõe sobre as obrigações e competências do GACG em que o grupo está limitado ao Contrato de Gestão. O objetivo principal é verificar se o Contrato de Gestão está sendo cumprido conforme foi estabelecido. Em seguida, o Sr. Artemízio Resende diz que se pode propor a alteração da Deliberação nº 61. O Sr. Wagner Soares fala que de acordo com a Deliberação nº 61 o grupo se reporta a CTPPP. Na oportunidade o Sr. Luiz Dourado informa que ficou estabelecido que a cada real gasto na transposição um real fosse destinado à revitalização do rio. Recomenda ao comitê que cobre os oito bilhões do Governo Federal destinados à revitalização. Defende a recomendação para CTPPP do prolongamento das obrigações do GACG. Dando sequência a reunião, o Sr. Wagner Soares diz que fará uma leitura dirigida do Relatório de Avaliação - Exercício 2012 encaminhado pela ANA e quando chegar na parte dos indicadores, a AGB Peixe Vivo irá descrever os mesmos. Relata que esteve presente na reunião da comissão de avaliação dos relatórios que tem como membros representantes do Ministério do Planejamento, Ministério do Meio Ambiente e outras entidades do Governo Federal. Houve uma discussão entre eles e colocaram as observações no relatório. Em seguida, faz a leitura do relatório. Ainda com a palavra o Sr. Wagner Soares diz que a Comissão de Acompanhamento da ANA vem trimestralmente à agência para acompanhar o andamento da execução do Contrato de Gestão. Sugere que nas próximas visitas tenha um membro do GACG para verificar como é o trabalho desta Comissão da ANA e posteriormente relatar este trabalho. As próximas serão em Junho e Outubro. Dando continuidade à análise do Relatório de Avaliação - Exercício 2012 encaminhado pela ANA, o Sr.

Alberto Simon explica que no Contrato de Gestão existe um Plano de Trabalho que é avaliado de acordo com os indicadores. *Indicador 1 - Disponibilização de Informações - Critério de Avaliação 1A - Conteúdo disponibilizado e atualizado na página eletrônica do comitê.* Discutem sobre a recomendação da ANA sobre as informações disponibilizadas em links. O Sr. Luiz Dourado, diz que houve uma evolução na disponibilização de informações. Sra. Ana Cristina informa que referente ao *Comentário 1*, disponibilização de informações cadastrais relativas aos usuários pagantes em rios de domínio do estado de Minas Gerais, a AGB Peixe Vivo já ajustou de acordo com recomendação da ANA. Sobre o *Comentário 2*, links de disponibilização de documentos, Ana Cristina, Diretora de Integração da AGB Peixe Vivo informa que no site da agência os documentos estão disponíveis, organizados e fáceis de serem encontrados, existem banners que tornam as informações mais visíveis. Na oportunidade, o Sr. José Maciel diz que a equipe de comunicação fez um levantamento de todas as mídias da região da bacia e toda informação gerada é enviada a eles. Avaliação do GACG: As reivindicações feitas pela Comissão de Avaliação serão levadas em consideração por parte da AGB Peixe Vivo visando o cumprimento total do indicador em questão. A transparência das informações está acontecendo, ou seja, a AGB Peixe Vivo já atendeu as recomendações da Comissão de Avaliação. O GACG sugere o encaminhamento das notícias para os jornais da região da bacia, a fim de ampliar a divulgação, além de fazer uma descrição/indicativo para cada link dos sites. *Indicador 2 - Planejamento e Gestão - Critério de Avaliação 2A - Plano de Aplicação Plurianual 2013-2015.* O Sr. Alberto Simon relata o histórico da elaboração do Plano de Aplicação Plurianual 2013-2015. Informa que a ANA não entrou no mérito do conteúdo do PAP e sim se ele foi elaborado. O GACG não fez nenhuma recomendação a respeito. *Indicador 3 - Cobrança pelo uso dos Recursos Hídricos. Critério de Avaliação 3A - Índice de desembolso anual.* Houve discussão sobre este item. O Sr. Luiz Dourado fala que houve uma evolução muito grande do desembolso do recurso após a contratação da empresa TCBR, mas que ainda não está bom, pois faltam as demandas de projetos bem conduzidas das quatro CCR. A AGB Peixe Vivo deve trabalhar junto as CCR orientando-as com relação a elaboração dos projetos e critérios prioritários. Recomendação aprovada pelo GACG. Com a palavra, o Sr. Wagner Soares fala que é preciso existir um pacto entre o comitê e a agência, pois esta apenas sugere as linhas de aplicação, mas é o comitê que demanda. Em seguida, o Sr. Júlio Mota pergunta o que levou a AGB Peixe Vivo a superar a meta estabelecida no Contrato de Gestão. Fala que esta informação é muito importante constar no relatório do grupo como recomendação para o futuro. Em resposta, o Sr. Alberto Simon informa que as instâncias do CBHSF começaram a ser efetivas, a dinâmica do comitê está funcionando. A partir daí, foi possível trabalhar e aprovar a Deliberação nº 66/2011 que dispõe sobre mecanismos para a seleção de projetos a serem beneficiados com os recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos no âmbito do CBHSF, detalhado no Plano de Aplicação, para execução em 2012. Nela ficaram definidos os mecanismos e critérios para seleção de projetos e obras, em que se detalharam os percentuais de aplicação entre as ações. Posteriormente foi aprovada a Deliberação nº 72/2012, que também dispõe sobre os mecanismos de seleção de projetos, porém detalhado no PAP para execução em 2013 a 2015. Este processo foi fundamental para o alcance destas metas. Aproveitando a oportunidade, o Sr. Wagner Soares diz que estão surgindo grandes temas a serem discutidos no âmbito do Comitê e as ações mais políticas do atual presidente do CBHSF, Sr. Anivaldo Miranda têm sido essencial e muito positivas para este avanço. O CBHSF está estabelecendo uma pauta macro. Ainda com a palavra, sugere que a AGB Peixe Vivo faça um comparativo entre o acompanhamento dos Contratos de Gestão das entidades delegatárias a fim de analisar o desempenho da AGB Peixe Vivo em relação ao sistema. Fala que agora há o indicador novo de Avaliação da cobrança pelos usuários. Na sequência, o Sr. Luiz Dourado diz que há um completo desconhecimento de alguns membros do comitê sobre as obrigações da agência e do Contrato de Gestão. Muitas vezes falam que a AGB Peixe Vivo não aceitou o pleito solicitado, mas este não está dentro do Contrato de Gestão e acabam colocando nota zero na avaliação da Entidade Delegatária pelos membros do CBHSF. Na oportunidade o Sr. Wagner Soares fala que as perguntas do questionário devem ser melhoradas, pois aquele que não foi atendido por algum motivo nunca ficará satisfeito. Ainda com a palavra, sugere um índice de alavancagem do recurso aplicado, que pode induzir o atendimento a questão da Carta de

Petrolina. Na sequência o Sr. Alberto Simon faz algumas explicações e após o Sr. José Maciel fala que o CBHSF deve voltar suas atenções para a Carta de Petrolina, que é de suma importância para acompanhamento de ações. Enfatizam a necessidade da divulgação destas oportunidades. O GACG considerou, conforme o parecer da ANA que a agência alcançou a meta. *Indicador 4 - Operacionalização da Cobrança - Critério de Avaliação 4A - Atendimento ao usuário em cobrança.* O Sr. Wagner Soares informa que se refere ao número 0800 031 1607. O GACG reitera as recomendações da Comissão de Avaliação em se estabelecer um sistema de monitoramento das informações registradas nos contatos com os usuários, o produto desta apuração poderá ser uma ferramenta nas tomadas de decisões do comitê. *Indicador 5 - Reconhecimento Social - Critério de Avaliação 5A - Avaliação da Entidade Delegatária pelos membros do Comitê.* Explicam que este questionário foi elaborado pela ANA. O Sr. Wagner Soares informa que a meta é avaliada pela nota e que há um percentual mínimo de questionários a serem respondidos em relação ao número de membros do CBHSF. Em 50 questionários aplicados, 30 questionários foram respondidos. Em relação a Recomendação 1, que no próximo Contrato de Gestão se estabeleça um peso maior para tal indicador, o Sr. Wagner Soares adverte que se este indicador passar para o peso dois, o questionário deverá ser reformulado para melhorar a objetividade das perguntas. O GACG recomenda que em plenário a questão dos questionários deverá ser relatada. Informá-los sobre quantos receberam os questionários e quantos responderam por segmento, enfatizando a importância do preenchimento do mesmo. Seria uma forma de estimular o preenchimento e devolução da avaliação para a equipe responsável. Reforçar a importância da leitura do Contrato de Gestão. O Sr. Luiz Dourado enfatiza que se o questionário não for bem elaborado, não vai espelhar a realidade. Informou que havia proposto um workshop para aproximar a AGB Peixe Vivo dos membros do CBHSF dando a eles informações e subsídios. O GACG considera que a agência alcançou a meta e apoiam as recomendações da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão. Definem que deverá ser solicitado um espaço na Plenária do CBHSF para que o GACG apresente uma análise crítica do último relatório. Com a palavra, o Sr. Júlio Mota lembra que seria mais ligado ao Plano de Comunicação buscar, de alguma forma, que os membros do comitê conheçam o Plano da Bacia, o Regimento Interno, o Contrato de Gestão, o papel do Comitê e da entidade Delegatária, para garantir a participação dos titulares, dentre outros. Na sequência, o secretário do CBHSF informa que solicitou a AGB Peixe Vivo a elaboração de um “Manual do Conselheiro” para ser entregue aos novos membros, titulares e suplentes, que serão empossados em agosto de 2013, esclarecendo dúvidas, apresentando o Regimento Interno do Comitê, as principais deliberações, dentre outras questões essenciais que todos devem ter conhecimento. Deve haver um planejamento estratégico do CBHSF envolvendo a comunicação. O Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do CBHSF concorda com o conceito “ótimo” dado pela Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão 014/ANA/2010 no Relatório de Avaliação - Exercício 2012. Com a palavra, o Sr. Wagner Soares diz que a função agora do GACG será a avaliação do PAP. Analisando o que deverá ser aprimorado, o porquê não houve gasto de alguma rubrica, dentre outras avaliações futuras. Após, o Sr. Wagner Soares passa a apresentação do Relatório Financeiro da AGB Peixe Vivo. Com a palavra, a Sra. Berenice Coutinho faz a apresentação do relatório, fala que o mesmo foi apresentado para o Conselho Fiscal e Conselho de Administração da AGB Peixe Vivo. Faz um breve histórico das notas anteriores referentes ao desempenho da agência. Fala sobre o valor acumulado, valores desembolsados, valores repassados e rendimentos. Informa que já houve três auditorias independentes além de serem auditados pela ANA. Explica os detalhes das despesas referentes ao 7,5%, como folha de pagamento, auditorias independentes, internet, telefonia, contas de energia, dentre outras despesas de custeio administrativo. Explica também os detalhes das despesas referentes ao 92,5%, que são as despesas do comitê. Fala que até o ano passado o custeio dos escritórios das CCR era contabilizado nos 92,5%, após orientação da ANA, estas despesas foram transferidas para os 7,5%. Informa que em 2012, as despesas consideradas de custeio da AGB Peixe Vivo e do Comitê foram de quatro milhões de reais, e ações de investimento na bacia também foram em torno de quatro milhões. Em 2013 a agência recebeu 1 milhão e 800 mil, sendo que 1 milhão e 200 mil foi o dinheiro da ANA e apenas a diferença foi referente a cobrança. Na sequência, o Sr. Wagner Soares,

fala que a mesada da ANA terá que continuar, caso contrário, os valores do PPU deverão ser revisados. Fala que não viu no relatório, quantos pagam, o grau de inadimplência e qual o volume consumido e captado dos pagantes em relação ao volume geral. A Sra. Berenice Coutinho, ressalta que a equipe da agência é enxuta com vinte funcionários e quatro estagiários, considerando que 14 destes estão alocados no Contrato de Gestão ANA. Informa que a AGB Peixe Vivo irá implantar um software de gestão. O Sr. Wagner Soares, chama atenção aos itens relevantes a serem colocados no relatório do GACG: Total do valor arrecadado e valor gasto; montante de funcionários da AGB Peixe Vivo, sendo 14 alocados no CG ANA; porcentagem da folha de pagamento em relação ao total; separação das rubricas 92,5% e 7,5%, este assunto ainda deverá ser alinhado. Na sequência, o secretário do CBHSF atualiza a questão da discussão da ANA sobre os 7,5% e 92,5%. Fala que o Sr. Anivaldo de Miranda se reuniu com os comitês federais e ANA, para discutir e solucionar a questão das rubricas. Informa que a ANA irá apresentar duas resoluções, uma para deixar claro o que é o custeio administrativo e outra para as despesas finalísticas. Relata que a reunião com todas as entidades delegatárias, os CBH federais e a ANA não contribuiu para a resolução dos problemas. Fala que os próprios setores da ANA não se entenderam. Informa ainda que o presidente da ANA quer colocar um teto máximo para o salário dos diretores das agências. Diz que haverá uma próxima reunião com o mesmo público. Na sequência, o Sr. Alberto Simon faz uma apresentação sobre os projetos. Referente ao ano de 2012, os projetos foram selecionados em Bom Jesus da Lapa em novembro de 2011, ao todo foram 22 projetos. No Plano de Aplicação de 2011 havia disponível 5 milhões e 400 mil, que não foram gastos totalmente pois não tinham os projetos, considerando que os critérios foram aprovados apenas em novembro de 2011. Estes projetos foram desenvolvidos em 2012. Já em 2012, havia disponível 17 milhões e meio para os projetos hidroambientais. Informa que não existem projetos que custem 2 ou 3 milhões. Ao todo os projetos foram orçados em 15 milhões e meio. Relata que toda situação vivida pelo CBHSF, como mudança de presidência, vice-presidência, dentre outras questões, influenciaram a dinâmica da contratação. Diz que os três primeiros projetos contratados foram da região do Alto SF. Neste ano de 2013 tem a totalidade dos 22 projetos licitados. Em 2013 serão elaborados 24 projetos. Com a palavra, o Sr. Wagner Soares pergunta sobre a dinâmica da contratação. Em resposta, o Sr. Alberto Simon explica que após o projeto pronto, o produto volta as CCR para aprovação. Diz que atualmente as CCR estão bem estruturadas. Lembra que o prazo para demandas de novos projetos terminou no dia 26 de abril. Informa que a primeira família de 22 projetos está em execução. A segunda família demandou 24 projetos. Ainda com a palavra, expõe que no PAP, para a rubrica de projetos hidroambientais, tem disponíveis 6 milhões e já foi gasto 1 milhão e meio. Explica sobre a manifestação de interesse em contratação do Plano Municipal de Saneamento Básico. Fala que haverá uma reunião DIREC para alinhar critérios de priorização das prefeituras. A intenção é que se contrate empresas da própria região para otimizar gastos com deslocamentos. Na próxima reunião da DIREC, poderiam declarar quais os itens do PAP que gostariam de dar ênfase. Ainda com a palavra, o Sr. Wagner Soares, sugere que na hora que for apresentar o PAP que se coloque uma linha em cada rubrica com o valor “executado”, pois é fundamental para análise do mesmo. Em seguida, o Sr. Luiz Dourado diz que o comitê não entendeu a questão do PRODES. O Sr. Alberto Simon responde que o PRODES não saiu do PAP, possuindo verba para este fim em 2014 e 2015, o centro de custo está aberto. Resume a questão dos projetos, que no ano de 2012 não houve muita execução dos projetos, mas houve a escolha e a licitação. O gasto se iniciou no terceiro trimestre de 2012 e continua em 2013. O Sr. Wagner Soares pede que esta questão seja bem descrita no relatório para não haver questionamentos. Aproveita a oportunidade para falar que em todas as reuniões da DIREC, deveria haver uma abertura para a AGB Peixe Vivo, após a fala desta, os membros da DIREC poderiam solicitar a retirada da equipe da agência para decidirem internamente. Diz que seria interessante a agência fazer uma apresentação para DIREC sobre a questão dos projetos, pois, para se chegar ao plenário sem uma diretriz da diretoria, a discussão se complica. Fala que o modelo dos procedimentos está muito bom. Declara que não pode haver dentro do CBHSF regionalismo, deve-se pensar no comitê como um todo, pois o CBHSF trabalha em prol da bacia. Recomenda que em uma Plenária, a DIREC dê uma oportunidade ao CBH Rio das Velhas, que também tem a cobrança, para

apresentar seus projetos, em consonância com o plano particularizado e o plano da bacia como todo. Na sequência, o Sr. Júlio Mota declara que esta questão do regionalismo existe, mas o que une o comitê é muito mais forte do que os fatores que separam. Acredita que tem muito mais afinidades, que suplantam as diferenças regionais. A criação de uma relação de confiança dentro do Comitê ajudará a suplantar os regionalismos. Com a palavra, o Sr. José Maciel fala que há a proposta de um encontro com todos os Comitês afluentes para discutirem os pontos em comum e a revisão do plano decenal da bacia. Ficou decidido entre os membros do GACG, que o Sr. Luiz Dourado e o Sr. Wagner Soares irão acompanhar a visita da Comissão de Acompanhamento do Contrato de Gestão da ANA em junho. A visita de outubro é o Sr. Júlio Mota quem irá acompanhar. Em julho será realizada a próxima reunião do GACG. Neste momento, o grupo sai da sala de reuniões para verificarem o sistema de controle financeiro realizado pela AGB Peixe Vivo. Consideraram o sistema muito bom, com total controle dos gastos. Solicitam que esta questão seja incluída no relatório. Em seguida, o Sr. Wagner Soares diz que o GACG, tem condições de repassar recomendações referentes ao PAP e ao Contrato de Gestão. Pede a inclusão no relatório dos itens que o GACG concordou, dos itens que discordou e as sugestões elencadas. Classificam o desempenho da agência como muito bom. Não havendo mais assuntos a tratar, o coordenador do Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão do CBHSF, Sr. Wagner Soares, encerrou a reunião da qual se lavrou a presente ata.